

FORMAÇÕES URBANAS EM GOIÁS NOS SÉCULOS XVIII E XIX: ENTRE O VERNÁCULO E O ERUDITO

URBAN FORMATIONS IN GOIÁS DURING THE 18TH AND 19TH CENTURIES: BETWEEN VERNACULAR AND LEARNED TRADITIONS

Deusa Maria Rodrigues Boaventura, Dra. Arquitetura e Urbanismo, UEG/ CET - deusa.boaventura@ueg.br
Carolina Rodrigues Boaventura, Ms., Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, FAU- USP - carolina.boaventura@usp.br
Amanda Rodrigues Rosa, Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, CET- UEG - amanda.rosa@aluno.ueg.br
Beatriz Souza de Oliveira, Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, CET- UEG - beatriz.914@aluno.ueg.br

Resumo: Este artigo examina os núcleos históricos de Pilar de Goiás, Pirenópolis e Mossâmedes, cidades e aldeamento goianos originados no século XVIII e pertencentes à antiga comarca de Vila Boa. O estudo estende-se até o século XIX e início do XX, com o objetivo de analisar as transformações ocorridas em seus espaços urbanos. No contexto da urbanização da cultura luso-brasileira, destacam-se duas vertentes: uma, relacionada à adaptação ao lugar, resultando em malhas orgânicas e edifícios implantados em cotas elevadas; e outra, baseada no desenho ordenado dos espaços urbanos. Esses modelos também foram aplicados em Goiás. Busca-se examinar essas formas de fazer cidade e suas permanências e transformações ao longo do século XIX, por meio da análise de plantas e desenhos, suprimindo, em parte, a escassez documental. Como suporte, utilizam-se recursos como Google Street View e Google Earth, que permitem a observação remota e comparativa. Os resultados indicam que Pilar e Pirenópolis consolidaram uma malha orgânica ajustada à topografia, com permanências e adaptações ao longo do século XIX. Em contraste, Mossâmedes, de origem erudita, teve seu traçado regular gradualmente substituído por uma nova forma de ocupação, organizada pela população local. Essas trajetórias revelam formas distintas de transformação urbana no interior de Goiás.

Palavras-chave: Urbanização colonial. Goiás. Centros históricos. Séculos XVIII e XIX.

Abstract: This article examines the historical cores of Pilar de Goiás, Pirenópolis, and Mossâmedes, cities and a settlement in Goiás founded in the 18th century and part of the former comarca of Vila Boa. The study extends into the 19th and early 20th centuries to analyze the transformations in their urban spaces. Within the context of Luso-Brazilian urbanization, two approaches stand out: one related to adaptation to the site, resulting in organic layouts and buildings placed on elevated terrain; and another based on the orderly design of urban spaces. These models were also applied in Goiás. The aim is to examine these approaches to city-making and their continuities and changes throughout the 19th century, through the analysis of maps and drawings, partially addressing the scarcity of documentary sources. Tools such as Google Street View and Google Earth are used to enable remote and comparative observation. The results indicate that Pilar and Pirenópolis developed organic layouts shaped by topography, with continuities and adaptations over the 19th century. In contrast, Mossâmedes, of erudite origin, saw its regular layout gradually replaced by a new form of occupation organized by the local population. These trajectories reveal distinct patterns of urban transformation in the interior of Goiás.

Keywords: Colonial urbanization. Goiás. Historical cores. 18th and 19th centuries.

INTRODUÇÃO

A formação das povoações na Capitania de Goiás durante os séculos XVIII e XIX representa um capítulo significativo na história urbana brasileira. Embora pesquisas recentes tenham explorado diversos aspectos dessa trajetória, ainda existem lacunas no entendimento das estruturas urbanas, morfológicas e arquitetônicas dos antigos arraiais e vilas que se espalharam pelo antigo território goiano. Essas povoações refletem as práticas luso-brasileiras de ocupação e urbanização, evidenciando as estratégias políticas e econômicas da Coroa Portuguesa para consolidar sua presença no interior do Brasil.

No contexto colonial, especialmente a partir de meados do século XVII, Portugal enfrentou desafios econômicos e geopolíticos que demandaram uma revisão de suas políticas ultramarinas. A criação do Conselho Ultramarino visava centralizar a administração e fortalecer o controle sobre as colônias, resultando na gradual extinção das Capitanias Hereditárias e na implementação das Capitanias da Coroa, administradas diretamente por representantes do rei. Essa centralização também se refletiu em políticas urbanizadoras que buscavam ordenar e controlar o crescimento das povoações coloniais.

Em Goiás, a aplicação dessas políticas tornou-se evidente com a descoberta de ouro no final do século XVII, o que desencadeou, no século XVIII, a formação de inúmeros arraiais e alguns aldeamentos nas regiões centro-norte e nordeste da capitania. Entre 1722 e 1749, aproximadamente oitenta arraiais foram estabelecidos, entre os quais se destacam Pilar e Meia Ponte (atual Pirenópolis). Na segunda metade do século, formaram-se ainda o antigo aldeamento de Mossamedes (atual cidade Mossamedes) e o de Maria I. Esses aldeamentos e núcleos urbanos emergiram como centros estratégicos para a exploração mineral e para a afirmação da soberania portuguesa em territórios até então pouco controlados pela metrópole.

Para esse controle, a administração colonial implementou uma estrutura político-administrativa que além de criar uma capital (Vila Boa), dividia a capitania em julgados, visando facilitar a governança e a aplicação das leis. Posteriormente, foram adotadas as comarcas, como se nota em documentos de 1804 (Silva e Sousa *apud* Teles, 1998) que revelam a existência de duas principais divisões: a Comarca de Vila Boa (sul) e a Comarca do Norte, cada uma subdividida em diversos julgados que agrupavam os arraiais e a vila da capitania. Essa

organização refletia a tentativa da Coroa de estabelecer um controle mais efetivo sobre as áreas recém-ocupadas, promovendo a ordem e a administração da justiça.

O século XIX trouxe consigo transformações políticas e sociais significativas, como a transferência da corte portuguesa para o Brasil, a Independência, a formação do Império e, posteriormente, a Proclamação da República em 1889. Esses eventos repercutiram em Goiás, incluindo a elevação de vários arraiais à categoria de vilas, mudanças na orientação econômica com a transição para atividades agropecuárias e transformações urbanas nas novas vilas. A implementação de posturas municipais e o fortalecimento do domínio público também marcaram esse período, evidenciando uma adaptação das estruturas urbanas e administrativas às novas realidades políticas.

Diante desse panorama, neste trabalho propõe-se analisar as práticas de urbanização adotadas nas povoações goianas durante os séculos XVIII e XIX, com ênfase na compreensão das estruturas urbanas, morfológicas e arquitetônicas dos arraiais de Pilar, Meia Ponte (Pirenópolis) e o aldeamento de Mossamedes. Busca-se compreender como as formas portuguesas de fundar cidades (vernáculo e erudito), foram interpretadas e adaptadas no contexto local, resultando em modelos urbanos que refletem tanto as diretrizes da Coroa quanto as particularidades regionais. A hipótese central é que houve uma interação dinâmica entre as imposições metropolitanas e as adaptações locais.

PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e histórica, articulando levantamento bibliográfico, análise documental e observação de campo, com o objetivo de compreender as formas de urbanização nas povoações goianas durante os séculos XVIII e XIX. A primeira etapa foi dedicada à construção de uma base teórica consistente, com a revisão de bibliografia especializada sobre urbanismo colonial, especialmente os estudos voltados ao urbanismo luso-brasileiro e às formas de ocupação do interior da colônia. Foram priorizados trabalhos acadêmicos recentes por oferecerem análises mais atualizadas e aprofundadas sobre o tema.

A investigação documental concentrou-se, sobretudo, no Arquivo Frei Simão Dorvi (AFSD), localizado na cidade de Goiás, que reúne importante acervo sobre os núcleos urbanos coloniais da capitania,

visita entre 1823 e 1826, registrou que Pilar possuía três ruas, quatro travessas, um chafariz, 246 casas e três igrejas.

Figura 2 – Vista aérea do centro histórico de Pilar.



- Largo N. Sra. Pilar
 Largo do Rosário
- Largo da Boa Morte
 Igreja N. Sra. das Mercês

Fonte: Google Earth Pro, acesso em 2024

As vias principais não apenas estruturavam a circulação urbana, como também definiam a localização de edifícios notáveis, implantados em posições topográficas privilegiadas, conforme os princípios da tradição luso-brasileira. Mesmo com adaptações, como a ausência da cadeia no largo principal, o modelo institucional português foi preservado.

Segundo Teixeira (1996), cidades portuguesas fundadas de forma empírica tendem à regularidade, mesmo moldadas pelo relevo, como se nota em Pilar. Os edifícios mais significativos organizavam percursos e polos secundários, consolidando o núcleo como exemplo da vertente vernácula do urbanismo português.

3.2 Pirenópolis (Meia Ponte)

O segundo núcleo histórico analisado, Pirenópolis, teve origem com a descoberta de minas de ouro por Manoel Rodrigues Thomaz, às margens do Rio das Almas, no início do século XVIII. A fundação se deu com a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário (1728/1732), que marcou o início da organização simbólica e espacial do povoado (Figura 3).

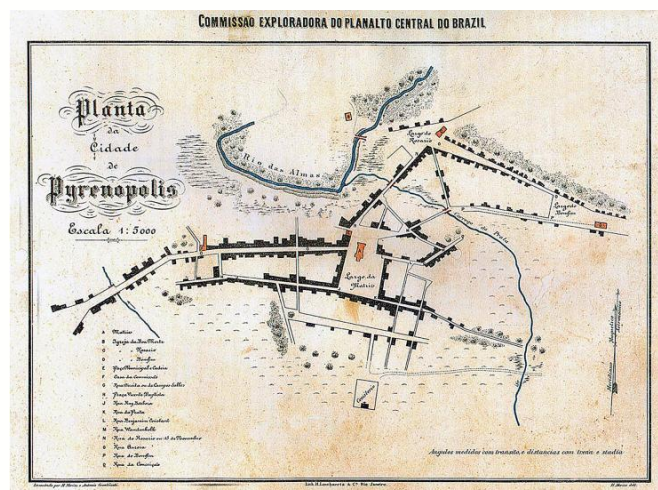
Figura 3 – Vista aérea do Largo do Rosário,
Pirenópolis



Fonte: Google Earth Pro, acesso em 2024

Concomitantemente a construção da capela desenvolveu-se a Rua das Bestas (posteriormente Rua Direita, hoje Rua Vigário Nascimento), um dos principais eixos da malha urbana (Figura 4). Esta via concentrava moradias e serviços urbanos, incluindo o chafariz do capitão José Inácio, consolidando-se como elemento funcional e simbólico do cotidiano.

Figura 4 – Pirenópolis (1894)



Fonte: Biblioteca do Senado, DF, Seção Mapoteca - Mapa da Comissão Exploradora do Brasil central.

O Largo do Rosário concentrou as funções centrais do arraial. A partir dele surgiram vias como a Rua Nova e a Rua do Bonfim, além de novos largos com edifícios religiosos e civis. O largo abrigava a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a cadeia (1733), posicionada conforme o modelo luso-brasileiro. A cadeia, no século XX, foi deslocada para outro ponto, rompendo com essa lógica.

No século XIX, o espaço urbano de Pirenópolis passou por intervenções que demonstram seu amadurecimento. O mercado municipal, criado em 1868, teve localização itinerante até se fixar em 1914 no Largo do Teatro. A prefeitura passou a funcionar em prédio

próprio apenas em 1933. Em 1860, o primeiro teatro foi construído entre o mercado e um quintal de uma moradora, e o segundo foi edificado em 1899, no Largo da Matriz.

Outros marcos urbanos incluem dois cemitérios e uma leprosaria, construída em cumprimento à resolução provincial de 1835. Também se realizaram obras hidráulicas e viárias, como as pontes do Rosário, Bonfim, Lava-Pés e Taquaral, que passaram por sucessivas reconstruções entre os séculos XVIII e XX, refletindo adaptações às novas demandas da cidade.

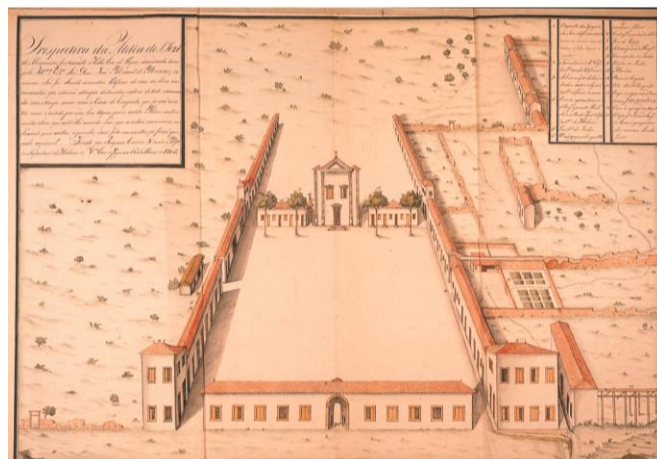
A organização urbana de Meia Ponte revela racionalidade subordinada à topografia. A articulação entre eixos, largos e edifícios indica coerência morfológica com os princípios do urbanismo português, embora sem rigidez geométrica. A elevação à vila em 1832, à cidade em 1853, e a adoção do nome Pirenópolis em 1890 marcam a consolidação de sua estrutura urbana.

3.3 Aldeamento de São José de Mossâmedes

Mossâmedes representa o contraponto erudito. Fundada como aldeamento indígena sob orientação pombalina, sua implantação começou em 1744, sob a administração de José de Almeida e Vasconcelos. Em 1788, modificações no plano foram realizadas pelo governador Cunha Meneses. O plano de Joaquim Cardoso Xavier Sarmiento, de 1801, sintetiza os ideais de ordem e controle territorial da época (Boaventura, 2020).

A planta original apresenta uma praça retangular (55 x 44 braças), em torno da qual se distribuem igreja, quartéis, hospital, casa da roda, engenho e casas funcionais. A disposição dos edifícios segue critérios simétricos e funcionais, distinguindo áreas administrativas, religiosas, residenciais e produtivas (Figura 5).

Figura 5 – Prospecto de São José de Mossâmedes
(1801)



Fonte: Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade, Mapoteca.

Essa configuração do espaço de Mossâmedes revela uma concepção disciplinadora do espaço, em que a praça atua como elemento centralizador e ordenador, diferenciando-se dos modelos adaptativos de Pilar e Pirenópolis.

No entanto, um documento avulso de 1948 (AFSD) registra um estágio urbano já desvinculado do modelo fundacional. Ele menciona ruas nomeadas, como Coronel João Neto e São Sebastião, o que evidencia a reorganização do espaço pelos habitantes locais. A ausência de vários edifícios previstos no prospecto 1801, somada à presença de uma malha urbana ao redor da praça, indica a substituição do modelo pombalino por outras práticas locais (Figura 6).

Figura 6 – Vista aérea de S.J. Mossâmedes



Fonte: Google Earth Pro, acesso em, 2023:

A elevação de Mossâmedes à categoria de cidade na década de 1940 reafirma essa transformação. As referências simbólicas e morfológicas do urbanismo

erudito português cedem lugar a uma nova lógica territorial baseada em outras dinâmicas.

DISCUSSÃO

Os estudos morfológicos dos núcleos de Pilar, Pirenópolis e Mossâmedes evidenciam, de forma clara, a coexistência e a articulação de duas vertentes distintas do urbanismo de origem portuguesa: a vernácula, associada à adaptação ao sítio e à fundação empírica; e a erudita, de caráter projetado, ordenado e disciplinador. Conforme propõe Manuel C. Teixeira (2012), ambas as formas expressam não apenas soluções técnicas, mas também visões e modos de exercer o poder sobre o território. Nesse sentido, Rafael Moreira (1993) observa que,

[...] a tradição urbanística portuguesa se construiu a partir de uma ‘arte da ruação’, na qual a configuração do espaço urbano, mesmo quando formalmente planejada, revela estratégias simbólicas e políticas ligadas ao exercício do poder e à ordenação do território colonial (p. 16–17).

Nos casos de Pilar e Pirenópolis, as concepções correspondem ao que Teixeira identifica como “urbanismo empírico com regularidade”, ou seja, uma estrutura resultante de práticas de fundação guiadas pela leitura da topografia, pela centralidade da igreja matriz e pela organização de ruas, que adquirem certa regularidade em função da topografia. A conformação dos largos, a hierarquia entre os edifícios religiosos e civis, bem como a inserção dos espaços institucionais, ainda que com pequenas variações quanto ao seu posicionamento, confirmam os princípios da urbanização tradicional luso-brasileira de base vernácula.

Essa lógica de ocupação, segundo Teixeira (2012), reflete uma racionalidade própria do urbanismo português no ultramar, fundada na interação entre lugar e forma, entre prática fundacional e ordenamento simbólico. A cidade, nesse modelo, é produto da vivência do território, da tradição e da fé. Assim, em Pirenópolis e Pilar, a presença de largos definidos, a organização por eixos e a centralidade dos edifícios religiosos consolidam uma paisagem urbana que integra território, religião e poder de forma orgânica.

Por outro lado, o caso de Mossâmedes ilustra de maneira exemplar a vertente erudita e disciplinadora do urbanismo luso-brasileiro, conforme os parâmetros definidos por Teixeira (2012). O aldeamento indígena, fundado sob os ideais pombalinos, revela um outro modelo urbano de inspiração ilustrada, que utiliza o espaço como instrumento de controle social. A planta

regular, a disposição funcional dos edifícios, a praça como espaço público de excelência e a separação entre as áreas de moradia e de trabalho refletem a racionalidade cartesiana e o ideário civilizador imposto às populações indígenas.

Teixeira (2012) ainda observa que a planta regular e organizada ortogonalmente constitui-se em formas de imposição e de autoridade régia sobre o território colonial. Mossâmedes materializa essa concepção ao apresentar uma configuração planejada desde sua origem, distinta das fundações empíricas dos outros núcleos. A praça central, articuladora das funções religiosas, civis e militares, desempenha o papel de centro simbólico e ordenador, em oposição à espacialidade mais fluida das cidades vernáculas.

No entanto, a análise do quadro de moradores de 1948 (Documento avulso, FSD) revela que o modelo erudito de Mossâmedes entrou em declínio, sendo progressivamente substituído por uma lógica urbana pautada nas dinâmicas locais. Esse processo é particularmente significativo, pois demonstra, como propõe Teixeira (2012), que os traçados geométricos e disciplinadores não se sustentam indefinidamente quando desvinculados da realidade cotidiana e dos fluxos sociais. A cidade real, ao longo do tempo, tende a romper com os limites formais da planta idealizada, adaptando-se às práticas dos habitantes.

A perda da simetria, o desaparecimento dos primeiros edifícios, a mudança de função do lugar e a multiplicação de ruas com nomes próprios atestam o esvaziamento do projeto original do aldeamento e a emergência de uma nova forma urbana. A substituição da matriz pombalina por uma malha que se prolonga além da praça indica não apenas uma transformação física, mas a consolidação de uma nova racionalidade urbana, mais próxima da cidade regionalizada do século XX.

Esse movimento de transição entre urbanismos distintos (da regularidade vernácula à disciplina erudita, e desta à ocupação funcional cotidiana) confirma o argumento de Teixeira (2012) de que a cidade luso-brasileira colonial é, acima de tudo, resultado de uma plasticidade notável. Ou seja, embora marcada por modelos urbanísticos de origem portuguesa, sua forma final resulta de adaptações, permanências e rupturas, que respondem a múltiplas escalas de poder e cultura.

Dessa forma, os três núcleos estudados tornam-se representativos de diferentes momentos e intenções da história urbana colonial e pós-colonial: fundação

empírica com adaptação ao sítio (Pilar), consolidação e expansão orgânica (Pirenópolis) e fundação planejada seguida de ruptura funcional (Mossâmedes).

Por fim, ao revelar e contrastar as dinâmicas vernáculas e eruditas presentes nas formações urbanas goianas, o presente estudo aprofunda a compreensão sobre o objeto investigado. Como contribuição à historiografia urbana, a pesquisa evidencia a coexistência articulada desses dois modelos de urbanização em uma mesma região e acompanha as transformações de cada um ao longo do século XIX, relacionando os padrões coloniais às reconfigurações pós-coloniais. Desse modo, não apenas preenche lacunas documentais por meio da análise comparativa de plantas históricas e observação remota, como também reforça a importância de se considerar os fatores culturais, territoriais e de poder na interpretação da evolução das cidades. Em última instância, o trabalho amplia as reflexões sobre a urbanização colonial no Centro-Oeste brasileiro e fornece subsídios para a valorização do patrimônio urbano goiano, integrando perspectivas técnicas e simbólicas na leitura da cidade histórica.

CONCLUSÕES

A análise dos centros históricos de Pilar de Goiás, Pirenópolis e Mossâmedes demonstrou como as vertentes vernácula e erudita do urbanismo de origem portuguesa se manifestaram de forma particular no contexto goiano. Enquanto Pilar e Pirenópolis evidenciam a adaptação à topografia e à lógica funcional da fundação empírica, Mossâmedes expressa a tentativa de implantação de um modelo disciplinador e racional, orientado pelos ideais iluministas. A posterior ruptura da planta geométrica de Mossâmedes e a consolidação espontânea de sua malha urbana indicam a força das dinâmicas locais frente às imposições formais.

A aplicação dos referenciais teóricos de Manuel C. Teixeira permitiu compreender essas formas urbanas não apenas como traçados, mas como expressões simbólicas de diferentes concepções de cidade, de território e de poder. Ao revelar a plasticidade e a complexidade do urbanismo luso-brasileiro no interior da colônia, este estudo contribui para o aprofundamento das reflexões sobre a formação das cidades históricas em Goiás e para a valorização do patrimônio urbano construído ao longo de processos diversos e interativos.

Dessa forma, a pesquisa reafirma a importância da leitura comparativa entre os núcleos urbanos

coloniais, articulando fontes documentais, cartográficas e observações de campo. Ao evidenciar a coexistência de modelos fundacionais e suas transformações ao longo do século XIX, o estudo contribui para a historiografia urbana do Brasil Central e oferece subsídios relevantes para ações de preservação, planejamento e reconhecimento da diversidade das experiências urbanas formadoras do território goiano.

REFERÊNCIAS

- ABMA – Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo. Mapoteca, acesso em 2005.
- AFSD – Arquivo Frei Simão Dorvi, Goiás. Arquivo avulso, abril de 2015.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *A construção das cidades de Goiás no século XVIII*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
- BRASIL. Senado Federal. Biblioteca do Senado.
- GOOGLE EARTH PRO. Plataforma de imagens georreferenciadas. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>. Acesso em: julho de 2024.
- JAYME, Jarbas. *Esboço histórico de Pirenópolis*. v. 1. Pirenópolis: Estado de Goiás, 1971.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1979.
- MOREIRA, Rafael. A arte da ruação: a propósito do traçado das cidades portuguesas. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, n. 1, p. 9-23, jan./dez. 1993.
- MUBAN - Arquivo do Museu das Bandeiras, Goiás. Documentos avulsos, seção Pilar de Goiás.
- SILVA, Rodrigo; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Pilar de Goiás: a vila entre a memória, a história e a materialidade. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 227-260, jan./abr. 2017.
- SILVA E SOUZA, Luiz Antônio de. O descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. In: TELES, José Mendonça (org.). *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: UFG, 1998.
- TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; UNESP, 2012.